



Número: **0811793-50.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **17/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA (AUTOR)	EPITACIO FLORENTINO LIMA NETO (ADVOGADO) FABIO COSTA FERRER (ADVOGADO) JEEZISRAEL MOISES BEZERRA GOMES (ADVOGADO) RAMON DE ANDRADE GOUVEIA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27158 226	17/12/2019 20:58	Petição Inicial	Petição Inicial
27158 605	17/12/2019 20:58	PETIÇÃO INICIAL - JOÃO CARNEIRO	Informações Prestadas
27158 613	17/12/2019 20:58	Documentos - João carneiro	Outros Documentos
27158 615	17/12/2019 20:58	SUBS - DPVATS - FINAL	Substabelecimento
27179 529	18/12/2019 13:32	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
28473 907	27/02/2020 10:47	Despacho	Despacho
28847 335	06/03/2020 10:14	Carta	Carta
30772 283	19/05/2020 08:28	Certidão	Certidão
30772 290	19/05/2020 08:28	AR 0811793-50 JOÃO_1	Aviso de Recebimento
32898 948	25/08/2020 19:08	Despacho	Despacho

PDF em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA – ESTADO DA PARAÍBA**

JOÃO CARNEIRO DE OLIVEIRA, brasileiro, união estável, soldador, portador do RG de nº 4324569 SSP/PE, e CPF de nº 020.798.544-88, residente e domiciliado na Rua João Carolino de Oliveira, nº 118, Mangabeira – João Pessoa-PB, por intermédio dos seus procuradores que esta subscrevem, com escritório profissional localizado no endereço que consta na procuração anexa, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – COMPLEMENTO

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5ª andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.205, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

JUSTIÇA GRATUITA

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o Promovente requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cediço que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.



DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.

DA SINÓPSE FÁTICA

Segundo todo o relato no Boletim de Ocorrência em anexo, ocorreu o seguinte:

No dia 11/01/2018,, por volta das 15h30 minutos, o autor vinha conduzindo sua motocicleta de marca HONDA/CG 150 FAN, ano e modelo: 2009/2010 de cor preta, placa NQH: 7950/PB, chassi nº 9C2KC1550AR043755, pela Rua comerciante Alfredo Ferreira da Rocha em Mangabeira e veio a ser trancado por um veículo, perdendo o controle da direção , por conseguinte o demandante acabou colidindo na traseira do mesmo.

Assim, vindo a cair no solo e se lesionar sendo socorrido para o complexo hospitalar de Mangabeira, certidão nº0451/2018, datado de 02/04/2018, assinado pela médica: Drª. Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, CRM- 2959/PB e Certidão de Ocorrência anexo, da Polícia. Foram realizados exames e constatou-se a fratura Pílo Tibial, sendo encaminhado para tratamento.

Nos laudos médicos, em anexo, relata-se o que o autor sofreu:

- **CID S82.3- Fratura do Pílo Tibial DIR**

Como é possível observar, o autor teve sérios danos ocasionados pelo acidente. Inclusive, conforme consta no laudo, o autor passou por procedimento cirúrgico em razão da gravidade do acidente.



Hoje sente muita dor, não consegue carregar peso e não consegue fazer esforço, frente a gravidade de seu acidente e das sequelas deixadas.

O autor deu entrada no seguro obrigatório, foi reconhecida a sua lesão, mas erroneamente foi pago APENAS o valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Dessa forma, vem através da presente ação buscar a tutela jurisdicional para a efetivação da Justiça, sendo notório o enorme prejuízo sofrido, tendo consequências até os dias atuais, fato este que enseja a majoração da indenização.

DO DIREITO

CONFORME ACIMA SUSCITADO, A PARTE AUTORA TEM DIREITO AO RECEBIMENTO DA DEVIDA INDENIZAÇÃO PELAS LESÕES SOFRIDA EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO.

Ainda, tendo o acidente ocorrido em 11/01/2018 deve-se aplicar o novo valor indenizatório fixado pelo art. 3º, II, da Lei n. 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945 de 2009, passa a ter o valor para invalidez permanente de R\$ 13.500,00, vejamos a tabela em anexo:

Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um	



membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	100
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



Por sua vez, o ART. 3º, II DA LEI Nº 6.194/74 NÃO EXIGE QUE A INVALIDEZ SEJA TOTAL, MAS APENAS PERMANENTE, SENDO QUE O GRAU DA INCAPACIDADE, NAS CIRCUNSTÂNCIAS, NÃO INTERFERE NO VALOR DA INDENIZAÇÃO.

POR SUA VEZ, O ART. 5º E §§ 1º, 'B', E 2º, COM A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 8.441/92, PREVÊ:

"Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Aplicando-se a tabela encravada na Lei, Vislumbra-se, portanto, que o valor a ser deferido deverá estabelecer indenização sobre o percentual de 70%, do valor total da indenização, ou seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Com a Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, o valor arbitrado não poderá de maneira alguma ser menor do que R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais).

Devendo deste valor ser descontado o valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) que recebeu no âmbito administrativo.

DOS PEDIDOS:

PRELIMINARMENTE, requer a V. Exa. O benefício da justiça gratuita, com fundamento nos Artigos 98 e seguintes, uma vez que a requerente é uma pessoa humilde não tendo condições de efetuar o pagamento das custas processuais, sem que haja prejuízo no seu sustento.



EX POSITIS, vem a promovente requerer a V. Exa. Que tome as providências legais cabíveis à espécie, determinando as seguintes medidas:

Seja concedida A TUTELA JURISDICIONAL, no sentido de:

1. Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo tenha início a instrução e julgamento;
2. Seja citado a SEGURADORA demandada, na pessoa do seu representante legal, para, querendo, dentro do prazo legal, contestar a presente ação pois, se não o fizer, arcará como o ônus da revelia;
3. Ao final, que seja julgado procedente a presente Ação de cobrança, assegurando ao autor o recebimento do respectivo seguro no percentual de 70%, que alcança o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatro centos e cinquenta reais), não cabendo indenização menor do que R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), em virtude da Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, isso devidamente corrigido.
4. Que seja descontado do valor da condenação o valor de de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) recebidos na esfera administrativa.
5. Requer a produção de prova pericial, oficiando o NUMOL/PERITO a ser nomeado por V. Excelência, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;
6. Seja a demandada condenada a honrar com as custas e honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor da condenação.



Dá-se a presente o valor de **R\$ 7.762,50 (SETE MIL SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa - PB, 17 de dezembro de 2019.

EPITÁCIO F. LIMA NETO

Advogado

OAB/PB 25.810

JEEZISRAEL MOISÉS BEZERRA GOMES

Advogado

OAB/PB 25.883

RAMON DE ANDRADE GOUVEIA

Advogado

OAB/PB 21.485

FABIO COSTA FERRER

Advogado

OAB/RN 17.200





GOMES ADVOCACIA E CONSULTORIA

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: NOME JOÃO CARNEIRO DE OLIVEIRA
NACIONALIDADE BRASILEIRO ESTADO CIVIL CASADO ESTÁVEL, identidade
nº 4324569, órgão expedidor SSP/PE CPF nº 020.798.544-88 residente e
domiciliado em RUA: JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA, Nº 0118, MANGABEIRA CEP
58255-370.

OUTORGADOS: **BEL JEEZISRAEL MOISÉS BEZERRA GOMES**, brasileiro, casado, Advogado, devidamente habilitado na OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado da Paraíba, sob o registro nº OAB 25883-PB, com endereço profissional situado à Rua Rodrigues de Aquino, 345, centro, João Pessoa - PB

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores outorgados, concedendo-lhes os poderes da clausula *ad judicia et extra*, para o foro em geral, para em conjunto ou isoladamente, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: a presente procuração outorga os causídicos descritos, os poderes, para, em nome do outorgante, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica.

João Pessoa - PB.


29 de janeiro de 2019.

João Carneiro de Oliveira

Scanned by CamScanner



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder
Consórcios do Seguro DPV

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0403949/18

Vítima: JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA

CPF: 020.798.544-88

Seguradora: Investprev Seguradora S/A

Data do acidente: 11/01/2018

Titular do CPF: JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

GERLANDO PEREIRA DA SILVA : 008.014.944-86

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA : 020.798.544-88

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

Sinistro nº 3180522712

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de cancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 06/11/2018
Nome: GERLANDO PEREIRA DA SILVA
CPF: 008.014.944-86

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 06/11/2018
Nome: MARCELA DO CARMO DE LIMA
CPF: 708.601.964-02


MARCELA DO CARMO DE LIMA

Scanned by CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA



DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR UF
4324569 88P PB

CPF DATA NASCIMENTO
020.798.544-88 28/02/1974

FILIAÇÃO
LUCIA MARIA DE
OLIVEIRA

PERMISSÃO ACC CATEG
AB

Nº REGISTRO
05294542544

VALIDADEZ
07/04/2021

1ª HABILITAÇÃO
05/09/2011

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
08/04/2016

Aristeu Chaves Sousa
Diretor Superintendente - DETRAN/PB
ASSINATURA DO EMISSOR

95814417611
PB032424418

DETRAN-PB (PARAIBA)

PROIBIDO PLASTIFICAR

1280562398

TERPRINT LTDA

Scanned by CamScanner

JOSE PEREIRA DUTRA
RUA JOAO CAROLINO DE OLIVEIRA, 118 - MANGABEIRA
JOAO PESSOA / PB CEP: 58055-320 (AQ: 1)

Emissão: 18/09/2018 Referência: Set / 2018

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230, Km 25 - Creta Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680

Roteiro: 10-5-2-3-3420

Nº medidor: 00000192517

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 12.513.093
Cód. para Débito Automático: 00003229721

Atendimento ao Cliente: 0800-0110000

Conta referente a:

Set / 2018

Apresentação:

18/09/2018

Data de vencimento:

18/10/2018

440.537.410-4

Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora):

5/322972-1

Capacidade de consumo

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Variação
Data	Leitura	Data	Leitura	1	253	29
20/09/18	63664	18/09/18	63917			

Demonstrativo		Quantidade	Tarifado	Valor Base Calc	Alíq	ICMS(R\$)	Base Calc Pis(R\$)	Cofins(R\$)
				Tributos Total(R\$)	ICMS(R\$)	ICMS	Pis/Cofins(R\$)	(0,00639%) (3,7164%)
0601	Consumo em kWh	253,000	0,807770	204,36	204,36	27	55,18	204,38
0601	Adic. B. Vermelha			18,47	18,47	27	4,98	18,47
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS								
0607	CONTRIB SERV.ILUM PÚBLICA			10,03	0,00	0	0,00	0,00

CCl. Código de Classificação do Item	TOTAL	232,86	222,83	60,16	222,83	1,79	8,28
--------------------------------------	-------	--------	--------	-------	--------	------	------

Média últimos meses (kWh)

266

VENCIMENTO
11/10/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 232,86

Histórico de Consumo (kWh)

256	248	270	256	319	295	334	313	266	313	272	266
Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18

Scanned by CamScanner



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Dileones Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 805/096, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 1947387, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA** idade 42 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Colisão carro x moto)** no dia 11/01/2018, na Rua Comerciante Alfredo Ferreira da Rocha, Bairro: Mangabeira - João Pessoa - aproximadamente às 15:30 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Complexo Hospitalar Tarcisio Burity (Ortotrauma - Mangabeira).

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 25 de Maio de 2018.

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico

COD. 192-10171

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA
06 NOV. 2018
PROT. 1947387





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01560.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01560.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:08 horas do dia 16 de agosto de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araújo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **João Carneiro de Oliveira**, CPF nº 020.798.544-88, nacionalidade brasileira, estado civil união estável, identidade de gênero masculino, profissão Soldador, filho(a) de Lucia Maria de Oliveira e Pai Não Declarado, natural de Itambe/PE, nascido(a) em 28/02/1974 (44 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua João Carolino de Oliveira, Nº 0118, bairro Mangabeira, tendo como ponto de referência Escola Municipal Pedro Lins, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98195-8987.

Dados do(s) Fatos:


Local: Comerciante Alfredo Ferreira da Rocha, Mangabeira I (Lombada Eletrônica do Colégio Luis Ramalho), João Pessoa/PB, bairro Mangabeira; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 11/01/18 15:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

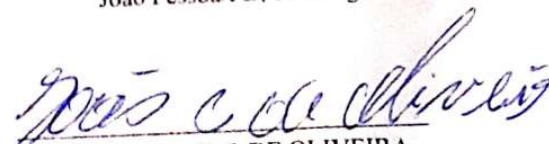
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE, segundo o notificante trafegava com o veículo, tipo motocicleta marca e modelo: HONDA/CG 150 FAN ESI, ano e modelo: 2009/2010 de cor preta, placa: NQH 7950/PB, Chassi nº 9C2KC1550AR043755, registrado em nome de Zulmira da Silva Dutra, CPF nº 204.181.324-53; QUE segundo o notificante trafegava normalmente na sua mão pela direita, quando um veículo fez uma ultrapassagem pelo notificante e saiu da faixa da esquerda para a direita sem ter o condutor do carro a devida atenção, vindo notificante a colidir na traseira do mesmo, que devido ao impacto veio o notificante a cair ao chão; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 0451/2018, EXPEDIDO PELA DRª SÔNIA MARIA MACIEL PONTES DE OLIVEIRA, CRM/PB 2959, DATADO DE 02.04.2018 do Complexo Hospitalar de Mangabeira, para onde foi socorrido(a) pelo SAMU; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar. CID 10 S82,3

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 16 de agosto de 2018.


JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS
Agente de Investigação


JOÃO CARNEIRO DE OLIVEIRA
Noticiante
COMPREV
OCCORRÊNCIAS/A.

Scanned by CamScanner



CERTIDÃO

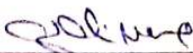
Nº. 0451/2018

Atendendo solicitação de **JOÃO CARNEIRO DE OLIVEIRA** e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação da Ficha de atendimento ambulatorial Nº93706 e Prontuário Nº 2018.01.001511, pertencentes ao requerente que foi atendido dia 11/01/2018 às 17H47min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em membro inferior direito.

Submetido avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de tíbia direita. Realizado procedimentos cirúrgicos dias 16 e 31/01/2018 com alta médica dia 01/02/2018.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 02 de Abril de 2018



Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 2959



Scanned by CamScanner



HOSPITAL DE JOAO PESSOA

SECRETARIA MANGABEIRA GOV. TARCISIO RIBEIRO

ACQUA FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N

ENDEREÇO: 384 JOAO PESSOA FONE: (51) 3214-1989

PRX: [] - CNPJ:

FOLHA Nº: 33716

A-B: 380 / 381

DATA: 11/01/2018

HORA: 17:47:57

PROFESSOR: LÉONICE FLORENTE DA

CLÍNICA CIRÚRGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA

CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 4324569 FONE: 988399102

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nas.: 28/02/1974 Id: 43 anos

End.: RUA JOAO CAROLINO DE OLIVEIRA, 116

Bairro: MANGABEIRA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mae: LUCIA MARIA DE OLIVEIRA

Pai:

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: SOLDADOR

Estado Civil: NAO INFORMADO

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade:

Resp.: JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA

Pai/Doc. Responsavel: 988399102 / IDENTIDADE: 4324569

End.: Rua

Transporte utilizado: SAMU

Vitima de acidente por: ACIDENTE DE MOTO

Vitima de violência por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco:

PA: FR:

PC: TP:

Peso: Altura:

Glicemia: IMC:

Símb. Abd: Q2%:

[] Aparentemente Bem [] Gato

[] Politraumatizado [] Convulsão

[] Hemorragia [] Dispneia

[] Diarreia [] Agitado

[] Regular [] Chocado

[] Vômito

Observação

Queixa Principal

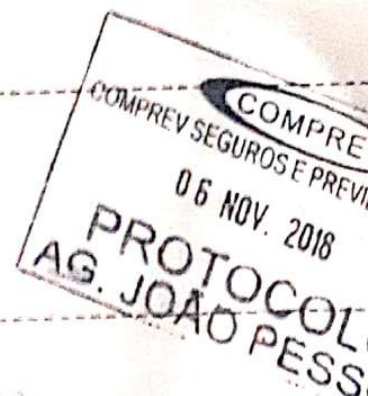
História - Exame Físico - (hora do atendimento médico)

Lesão no tórax. Trauma em M.I.D.

Diagnóstico

Conduta

Observação



Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

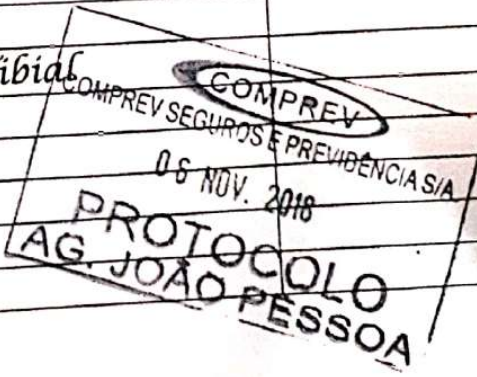
DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia ☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML



Scanned by CamScanner



Nome: JOÃO CARNEIRO DE OLIVEIRA				Registro:	
Idade:	Sexo:	Cor:	Clínica: Ortopedia	EMP:	LR:
Data: 31/ 01 / 2018			Cirurgião: Dr. Jorge Augusto		
1º Assistente: Dr. Leonardo Ri			2º Assistente:		
3º Assistente: Dr. Imbelloni			Instrumentador:		
DIAGNÓSTICO(S) PRÉ-OPERATÓRIO					CID
Fratura do Pílo Tibial DIR					S82.3
DIAGNÓSTICO(S) PÓS-OPERATÓRIO					CID
O mesmo					
PROCEDIMENTO(S) CIRÚRGICO(S)					CÓDIGO
Osteossíntese de Fratura do Pílo Tibial					
<div style="text-align: right;">  </div>					
Acidente durante Ato Cirúrgico: 1 () Sim 2 (X) Não					
Descreva:					
Biópsia de Congelação: 1 () Sim 2 (X) Não					
Encaminhamento do paciente após Ato Cirúrgico:					
1 () Terapia Intensiva 3 () Residência 4 () Óbito durante o Ato					

Scanned by CamScanner



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

- (1) Paciente em DTA (deitada) com a cabeça elevada
- (2) anestesia + antiespasmódico
- (3) aplicação de campos elétricos

Incisão:

- (4) Incisão ponti-farol para afastar o fúculo da bexiga

Achados:

- (5) Fratura de pilão fibular

Conduta:

- (6) Redução cirúrgica + fixação de fratura em um único plano para futura de prótese de joelho.
- (7) Lavagem com sol. fisiológico 0,9%

Fechamento:

- (8) Suturas cirúrgicas com gaze estéril
- (9) Oclusão de aríolo

OBS:



Dr. João Paulo F. Pinheiro
Médico
CRM 105770

MÉDICO/CRM

Scanned by CamScanner

Dr. João Paulo F. Pinheiro

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Preparo:

Paciente em decúbito dorsal sob anestesia

Assepsia + Antissepsia

Aposição de campos cirúrgicos estéreis

Incisão:

Incisão em 1/3 distal da perna lateral e medial

Dissecção por planos

Achados:

Visualização de foco de fratura da tíbia distal e maléolo lateral dir

Conduta:

Realizada manobra de redução sob uso de intensificador de imagem do maléolo lateral dir

Aposição de 1/3 de cano 08 furos + 05 parafusos corticais + 02 esponjosos em maléolo lateral

Aposição de placa em L 04 furos em face lateral esquerda da tíbia direita com 03 parafusos corticais + 01 parafuso esponjoso

Aposição de placa em L 05 furos em face medial da tíbia direita com 03 parafusos corticais + 01 esponjoso

Limpeza exhaustiva de ferida operatória com SF a 0,9%

Realizado RX controle

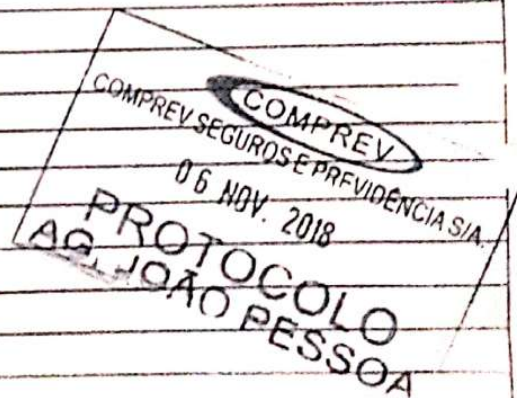
Fechamento:

Fechamento de planos

Curativo

Tala tipo bota

OBS:



Data: 31 / 01 / 2018

Scanned by CamScanner



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente, eu, **JEEZISRAEL MOISÉS BEZERRA**, brasileiro, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/(PB), sob o número **25.883**, residente e domiciliado na cidade de João Pessoa-PB, substabeleço, **com reserva de poderes**, a **EPITÁCIO F. LIMA NETO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/(PB), sob o número **25.810**, residente e domiciliado na cidade de João Pessoa- PB; **RAMON DE ANDRADE GOUVEIA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/(PB), sob o número **21.485**, residente e domiciliado na cidade de João Pessoa-PB; **FABIO COSTA FERRER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/(RN), sob o número **17.200**, **os poderes a mim outorgados pelo instrumento procuratório já devidamente juntado aos autos, podendo praticar todos os atos para o bom desempenho deste mandato, nos autos do processo em comento.**

JEEZISRAEL MOISÉS BEZERRA





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0811793-50.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar comprovante de residência em seu nome, bem como a simulação da guia de custas*, e documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 3 0 / 1 1 / 2 0 1 8 .

João Pessoa/PB, 18 de dezembro de 2019.

JANDIRA RAILSON MEIRA
Técnico Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0811793-50.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA

Advogados do(a) AUTOR: FABIO COSTA FERRER - RN17200, RAMON DE ANDRADE GOUVEIA - PB21485,
EPITACIO FLORENTINO LIMA NETO - PB25810, JEEZISRAEL MOISES BEZERRA GOMES - PB25883

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO



Vistos.

Nos termos do art. 485, §1º, do CPC, determino a intimação pessoal da parte autora (por carta) e de seu advogado para, em 5 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**



Nº DO PROCESSO: 0811793-50.2019.8.15.2003

DESTINATÁRIO:

Nome: JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA

**Endereço: R JOÃO CAROLINO DE OLIVEIRA, 118, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA -
PB - CEP: 58055-320**

.....dobre aqui

REMETENTE: 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520

Telefone: (83)3238-6333; e-mail: jpa.1varamangabeira@tjpb.jus.br



.....dobre aqui

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO AUTOR(A)

Por meio da presente carta, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, fica Vossa Senhoria INTIMADA para, nos termos do art. 485, § 1º, do CPC, em 05 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

João Pessoa, 6 de março de 2020.

JANDIRA RAILSON MEIRA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0811793-50.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que, nesta data, juntei a estes autos o Aviso de Recebimento, em anexo.

João Pessoa/PB, 19 de maio de 2020.

JANDIRA RAILSON MEIRA
Técnico Judiciário



**SIGEP**AVISO DE
RECEBIMENTO

CONTRATO 9912283594

DESTINATÁRIO:

JOÃO CARNEIRO DE OLIVEIRA
Rua João Carolino de Oliveira, 118
Mangabeira
58055320 João Pessoa-PB

B0321441939BR

**REMETENTE:** 1ª Vara do Fórum Regional de Mangabeira**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:**

Avenida Hilton Souto Maior s/n
Mangabeira VII
58055018 João Pessoa-PB

OBSERVAÇÃO: PROC. 0811793-50/2019-815.2003

ASSINATURA DO RECEBEDOR

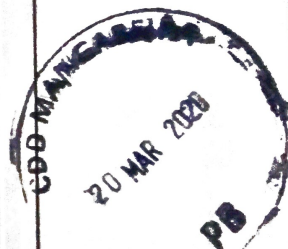
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

TENTATIVAS DE ENTREGA:

1º 20/03/20 H: 15 h
2º / / / : / h
3º / / / : / h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:

- | | |
|-------------------------|-----------------|
| 1 Mudou-se | 5 Recusado |
| 2 Endereço Insuficiente | 6 Não Procurado |
| 3 Não Existe o Número | 7 Ausente |
| 4 Desconhecido | 8 Falecido |
| 9 Outros | |

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

DATA DE ENTREGA

20-03-20

Nº DOC DE IDENTIDADE





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0811793-50.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOAO CARNEIRO DE OLIVEIRA

Advogados do(a) AUTOR: EPITACIO FLORENTINO LIMA NETO - PB25810, FABIO COSTA FERRER - RN17200,
JEEZISRAEL MOISES BEZERRA GOMES - PB25883, RAMON DE ANDRADE GOUVEIA - PB21485

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO



Analisando-se a inicial e documentos que a instruíram, verifica-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária.

No caso dos autos, a parte promovente afirma exercer a função de soldador, e declarou não possuir condições de arcar com as custas do processo.

A afirmação feita pelo(a) promovente goza de presunção de veracidade, e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário, o que inexistiu nos autos. Portanto, mostra-se admissível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, nos termos do art. 98, do CPC, defiro a gratuidade judiciária.

O art. 334, do CPC, estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz remeterá o feito ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, que tomará as providências necessárias à realização da audiência de conciliação.

Em que pese entendimento anterior, na interpretação do texto legal, deve ser observado que a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. A formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em análise, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão de pedido feito no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo, sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Por outro lado, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante à realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.



Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o objeto a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Dessa forma, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Servirá esse despacho como mandado.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

